

O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar

Ana Paula Mesquita da Silva ¹
Aparecida Luvizotto Medina Martins Arruda ²

Resumo

Muitas vezes não sabemos como devemos nos comportar quando nos deparamos com alguém com alguma deficiência. Talvez a falta de formação adequada nos coloque em algumas situações desconfortáveis no nosso dia a dia e este trabalho tem como objetivo mostrar o desenvolvimento do professor dentro da sala de aula com alunos especiais. Trazendo para a nossa realidade a questão da inclusão dentro da escola levantando quais são as nossas expectativa como professor e quais são as expectativas dos alunos e da comunidade como expectadores do trabalho desenvolvido. O objetivo da nossa pesquisa junto com os autores foi mostrar a importância da formação continuada para atender a essas pessoas, levantando aqui questões de acessibilidade e locomoção. Nós como professores saímos da graduação preparada para trabalhar com a inclusão? Com certeza não, mas cabe aos professores especializar-se na sua área desejada. Mesmo com a escola abrindo as portas para a inclusão nos dias de hoje ainda há muito no que avançar é claro respeitando os limites e o seu modo de pensar e agir.

Palavras-chave: Inclusão. Formação continuada.

INTRODUÇÃO

A escolha por esse tema surgiu pela dificuldade que a escola comum e seus profissionais apresentam no cotidiano em sala de aula, ao trabalhar com a inclusão.

O planejamento do professor de educação especial não deve ser diferente do professor de classes regulares, pois, num sentido mais amplo, deve atender a todos.

É importante que os professores, demais alunos e famílias se adaptem ao meio que a criança inclusa está inserida, dando a devida importância para tamanha contribuição na vida escolar dessa criança.

¹ Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque, 2013.

² Mestre em Educação pela UNISO/SP; Especialização em Gestão Escolar pela UNICAMP e Didática do Ensino Superior pela UNINOVE; Pedagoga e Pós-Graduada em Supervisão Escolar, Direito Educacional e Gestão Escolar. Professora da FAC São Roque.

Ao analisarmos essas dificuldades, sentimos grande necessidade de rever conceitos e a formação adequada para os professores, levantando suas dificuldades em sala de aula, tentando viabilizar melhores condições para o seu trabalho e trazendo para o meio escolar um aproveitamento melhor de ambas as partes.

Este trabalho é baseado na dificuldade do educador, analisando os desafios que enfrentam os professores diante dos alunos com necessidades educacionais especiais, porque as escolas não oferecem subsídios para se trabalhar com esses alunos e suas dificuldades.

É um desafio a todos, principalmente aos profissionais de educação, que têm de fato, que atender esses educando com qualidade, para que os objetivos e o desenvolvimento aconteçam, fazendo com que a sociedade valorize a diversidade humana.

Tem por finalidade rever planos e estratégias utilizadas pelos professores, para avaliar alunos com necessidades especiais, verificando o grau de dificuldade de cada um em sala de aula, descobrindo habilidades e potencialidades que precisam ser exploradas e modificadas de ambas as partes, capacitando melhor o profissional.

No primeiro capítulo foi abordada a importância da formação do professor e a sua contribuição para adaptar esse aluno à sociedade, integrando-o a um convívio escolar onde possam interagir com outras crianças e pessoas capacitadas para atendê-lo.

No segundo capítulo foi abordada a história da inclusão, como se deu a inclusão no Brasil e como eram tratadas as pessoas, quais evoluções tivemos nesse período de inclusão, sobre os tipos de deficiências existentes e meios de lidar com cada uma, ou seja, qual o tratamento adequado à necessidade do educando.

O terceiro capítulo trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, realizada com professores que trabalham na escola Centro de Educação Infantil (CEI) Despertar, que atende vários tipos de deficientes, com graus diferenciados, desde a Educação Infantil e Ensino Fundamental, até adultos que participam de oficinas pedagógicas direcionadas por profissionais da área. Essa pesquisa tem como objetivo identificar e diagnosticar o profissional como transmissor de conhecimento dos educandos que se encontram nessa escola, considerando que ainda há muito para fazer quanto à inclusão, sendo essencial que o professor conheça as necessidades dos alunos, com os quais está atuando.

Muitos professores têm o curso de graduação e não se preocupam em fazer um estudo continuado desse trabalho. O professor tem que gostar e se responsabilizar seu trabalho, para que venha a desenvolvê-lo com qualidade.

Para encerrar este trabalho, foram feitas as considerações finais sobre o assunto pesquisado.

1 O PROFESSOR

No século XVII, a mulher ficou responsável pela educação dos filhos até 7 anos e as meninas ficavam isoladas e aprisionadas até o casamento, encaixando-se em padrões considerados naturais amorosa, sensível e outras qualidades que se adequasse ao instinto maternal. Para muitos é essa características que leva a ter tantos profissionais na educação principalmente na educação infantil uma vez que as educadoras passam a ter valores de mães para essas crianças. A partir da década de 1960 é que as mulheres chegam às escolas nas condições de estudante, e depois de muitas conquistas nas condições de docente.

A função do professor teve início no Brasil na primeira metade do século XIX, começou com os homens tanto no ensino particular, de caráter religioso e até mesmo no ensino primário. Dados de uma pesquisa realizada em 2003 pelo Ministério do Trabalho e Educação, relata que 98,5% dos professores de educação infantil são mulheres, já nas quatro primeiras séries do fundamental esse número cai para 85%, mas ainda é muito maior referente ao número de homens. A partir da década de 1960 é que as mulheres chegam as escolas nas condições de estudante, e depois de muitas conquistas nas condições de docente.

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagem, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e, sobretudo, o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação (MOTA, 1992, p.115).

Embora em muitas escolas acreditem que o objetivo é só cuidar para que estejam bem alimentadas e não se machuquem, a partir do momento que são atribuídos esses valores à educadora, cria-se um vínculo de carinho e a atenção e muitas vezes esse carinho se confunde com o carinho de mãe. A maneira que professor e aluno se relacionam cria a afetividade que faz com que essa relação se fortaleça ainda mais. O aprendizado desse aluno se dá no cotidiano, porque é através da prática que se constrói o conhecimento.

Talvez, o significado da palavra - incluir, não esteja ligado a inserir pessoas diferentes na sociedade e sim fazer um trabalho diferenciado com essas pessoas, um trabalho que

possibilite a autonomia, porque o professor deve estar em constante aprendizagem, buscando informações e estar sempre disposto a ouvir o aluno para um melhor desempenho do seu trabalho. Ao desenvolver seu planejamento, o professor tem que pensar no que ele está preparando e para quem ele está preparando, para que depois não venha a se frustrar, então terá que repensar sobre o seu planejamento e aplicar um olhar diferente sobre o seu trabalho. É de grande importância, também, que o professor divida com outros profissionais da educação os seus avanços e retrocessos, nem todos os profissionais sabem de tudo.

Contudo, Moraes

[...] afirma o conhecimento humano é adquirido pelo indivíduo por meio da estruturação por meio da transmissão estruturadora do processo ensino-aprendizagem, e o sujeito tem um papel insignificante em sua aquisição e em sua elaboração. A educação, na maioria das vezes, é compreendida como instrução e está circunscrita à ação da escola. A ênfase é dada às situações de sala de aula, nas quais os alunos são instruídos pelo professor. (MORAES, 2003, p.51)

Embora a escola precise ser repensada, para atender a cada necessidade, é necessária uma reflexão, a começar pelo profissional, que não esteja ali apenas pelo seu salário, mas sim para desenvolver um trabalho diferenciado, atendendo cada um dentro da sua necessidade e que esse profissional possa desenvolver seu trabalho com êxito, embora ele seja preparado para trabalhar com a diversidade, acaba tendo que adaptar-se ao meio, sem qualquer valorização ou capacitação específica.

A nossa sociedade é formada por uma gama de pessoas diferentes, onde cada pessoa é singular, cada um tem a sua crença, a sua cultura e seus valores. Anormal é achar que na escola pode ser diferente, quando tratam o trabalho escolar com igualdade, há um pressuposto que diz que somos todos iguais negando assim as nossas diferenças. Para que a inclusão se concretize é necessário repensar a forma com que as escolas estão organizadas e colocar em prática o princípio da educação inclusiva, que é educação para todos.

A educação é um direito de todos, educação de qualidade e igualitária e nós, como professores, tentamos fazer com que isso aconteça, no entanto, a capacitação de professores passa por uma mudança a respeito da inclusão, visando melhora lá com atendimento igualitário e qualitativo, com direito ao acesso e a permanência na escola, precisando também ser levado em conta outros princípios como a acessibilidade e locomoção. O professor deve

ser visto como mediador e estimulador, tornando a sala de aula um ambiente onde seus limites seja estimulador de sua autonomia.

Um professor de sala de aula regular, não pode ser diferente de um professor de inclusão, onde seja valorizado o respeito mútuo à sua capacidade e seu espaço, facilitando assim sua atuação de forma livre e criativa proporcionando a cada um, uma sala de aula criativa e diversificada, dando a oportunidade de participar das atividades adaptadas às necessidades de cada aluno, já que o professor vai ser sempre o responsável pelo sucesso ou pelo fracasso da aprendizagem dessa criança.

1.1 FORMAÇÃO PARA A FUNÇÃO

Gosto de pensar na formação de professores (inspirada no poema de Guimarães Rosa) sob a perspectiva de que o belo da vida é essa possibilidade de que todos nós somos inacabáveis, estamos sempre mudando afinando (acertando) e desafinando (errando). (MANTOAN, 2008, apud ROSA, 2009, p. 141)

O Presidente Luis Inácio Lula da Silva assinou o decreto que instituiu a Política Nacional de Formação de Professores publicado no Diário Oficial da União de 30 de Janeiro de 2009, cuja finalidade é organizar a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para a educação básica, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Os cursos de atualização e especialização de professores ficarão a cargo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e deverão ser homologados por seu Conselho Técnico-Científico da Educação Básica.

Na formação dos professores, a modalidade principal de ensino é presencial, reconhecendo-se a importância dos sistemas semipresencial e a distância,

Entre os pontos em destaque estão o reconhecimento de que a formação do docente para todas as etapas da educação básica é compromisso público de Estado, a necessidade de articulação entre formação inicial e continuada, bem como entre diferentes níveis e modalidades de ensino. O decreto enfatiza, também, a promoção de equalização nacional das oportunidades para os profissionais do magistério em instituições públicas de ensino superior.

Outros temas abordados no documento dizem a respeito à educação inclusiva, educação no campo, educação de jovens e adultos, bem como apoio aos programas de formação em regiões e comunidades com necessidades específicas, como os quilombolas e os indígenas.

Antes de seguir para aprovação presidencial, o documento passou por discussões envolvendo profissionais da área e os mais diversos setores da sociedade. A minuta ficou disponível para consulta pública e sugestões no portal do Ministério da Educação (MEC), entre os dias 10 de outubro e 24 de novembro de 2008.

A Lei Federal Nº 11.502, atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica, uma prioridade do Ministério da Educação. O objetivo é assegurar a qualidade da formação dos professores que atuarão ou que estejam em exercícios nas escolas públicas, além de integrar a educação básica e superior visando à qualidade do ensino público. A Política Nacional de Formação de Professores tem como objetivo ampliar a oferta e melhorar a qualidade na formação dos professores.

O professor tem grandes desafios a vencer, dando a sua participação para a contribuição social e para o desenvolvimento aluno e tem um papel muito importante, que é o sucesso da educação, seja ela formal ou informal.

Para uma educação de qualidade é necessário uma formação sólida e contínua, com uma progressão continuada que lhe forneça subsídios para uma reflexão sobre a sua prática pedagógica.

1.2 FORMAÇÃO PARA TRABALHAR COM A INCLUSÃO

Talvez o que deixe o professor mais preocupado, seja a insegurança em relação à sua in experiência, já que nos cursos superiores aprendeu apenas a lidar com a teoria e não teve acesso às práticas pedagógicas, diretamente com alunos especiais. No que consiste à educação, o dia a dia da escola e da sala de aula exigem que o professor seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diversidade dos alunos. Essa nova competência implica a organização dos tempos e dos espaços de aprendizagem, dos agrupamentos dos alunos e dos tipos de atividades para eles planejadas.

É de extrema importância um planejamento flexível que se adapte de acordo com a necessidade e capacidade de cada um, o professor situa-se como mediador e facilitador na organização dos alunos, de forma que possibilite uma melhor interação, mesmo em níveis tão diferentes, incluindo a todos, seja na educação física, capoeira, teatro ou qualquer outra proposta pedagógica.

O professor precisa repensar nas suas estratégias de ensino para não ficar preso ao espaço delimitado na sala de aula, faz se necessário repensar nas práticas pedagógicas até mesmo numa nova gestão da classe, porque ainda é muito forte a ideia de controle, principalmente quando se fala em delimitação de espaço físico. É de grande importância pensar não só no ambiente, como também no acesso e permanência nesse espaço como um todo, seja na escola como prédio ou até mesmo nas mesas e cadeiras, sempre utilizando os meios ofertados pela instituição.

Todos os materiais devem ficar aos cuidados apenas dos professores e não ao alcance das crianças e a forma como o espaço físico é organizado também é definido por ele, pois é o professor que irá tomar partido da situação, seja ela qual for, pois o espaço realmente é de fundamental importância sendo um dos elementos essenciais na abordagem educacional. Talvez ainda seja preciso pensar na acessibilidade em relação ao espaço educativo: espaço tanto na cidade como na escola; espaço adequado para diferentes necessidades e diferentes idades; espaço organizado e adaptado.

Segundo Mantoan (2009, apud SOARES; FIGUEIREDO, 2007, p.142), “Compreender o espaço que cada um está inserido é compreender uma gama de possibilidades partindo da prática educativa dos professores”.

A escola regular pode ser substituída pela escola das diferenças ou pela pedagogia da adversidade para ser capaz de organizar situações de ensino e gerar espaço em sala de aula capaz de incluir, com o intuito de que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pelo âmbito escolar sem qualquer distinção.

O professor como mediador deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em inclusão não estamos falando só dos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade.

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p.120)

É importante pensar no professor como agente transmissor de conhecimento que respeita as diferenças, e que cada aluno reage de acordo com a sua personalidade, seu estilo de aprendizagem, sua experiência pessoal e profissional, entre outras.

Uma das contribuições da Política Nacional de Educação Especial visando a melhoria e orientação das redes de ensino é o Atendimento Educacional Especializado - AEE, que visa modificar e atender as exigências de uma educação igual para todos. Refere-se a um professor especializado nesse tipo de atendimento que identifica a necessidade de cada um, cria e articula um plano de ensino dentro do ensino comum, provendo recursos para esses alunos, adaptando as situações, trazendo para o seu cotidiano não só na parte pedagógica, mas também preparando para a sociedade.

A resistência das escolas em receber alunos inclusos ainda se dá devido à falta de experiência que os professores enfrentam, sem saber como lidar com aquela criança que não se encaixa com o perfil da sala, muitas vezes tentam fazer com que aquele aluno mude de sala, antes mesmo de saber quais são as suas possibilidades.

Um dos planos do AEE junto com o professor e a equipe escolar é envolver os interessados que são os pais e familiares, trazendo para a escola para esclarecer quais as dificuldades enfrentadas na sala de aula e fora dela para juntos dar início ao atendimento do mesmo.

Em relação à formação, fica cada vez mais difícil a situação do professor, porque as universidades pouco os preparam para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), saem despreparados, já que na sua formação não tem um curso específico para lidar com eles. Muitos professores ainda reclamam que falta, também, o suporte de profissionais da área da especificidade para trabalhar com essas crianças, já que as mesmas necessitam de uma atenção especial, um trabalho diferenciado.

Ainda há muito para se fazer, pois realmente a formação do professor não é coerente para se trabalhar com a inclusão, enquanto isso a pedagogia da diversidade precisa ser vista como uma pedagogia que seja auxiliadora, onde as práticas pedagógicas precisam ser repensadas e modificadas, dependendo da criatividade de cada professor, o modo com o qual desenvolverá seu projeto com a sala, de forma a incluir a todos, através de um planejamento flexível para novas adaptações.

É também importante que essa formação não seja voltada apenas para os professores, como também para todos os profissionais da área da educação na escola, onde os centros de apoio, por sua vez, também farão o seu papel, disponibilizando profissionais especialistas, como fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, psicólogo, entre outros.

A inclusão é formada por um conjunto, coordenado por serviços tanto sociais como educacionais e em outras áreas dando suporte nos serviços de assistencialismo. A escola deve

funcionar como um centro de apoio para essa criança, porém, o problema é que muitas vezes esses pontos de apoio acabam acomodando os familiares, que fazem da escola um depósito, onde acabam deixando essas crianças em período integral. E para que as crianças tenham um atendimento de acordo com as suas necessidades, precisam ter profissionais qualificados, capacitados para atender cada aluno dentro de sua necessidade, onde se encontra até mesmo a falta de materiais acessíveis para o profissional da área.

A escola não deve ser vista como o local para incluir e sim o lugar que irá apoiar essas pessoas com deficiência, ajudando a desenvolver cada uma dentro do limite de cada deficiência, e é de extrema importância que o AEE assuma um compromisso não só com essas pessoas, mas com o sistema educacional e principalmente com a sua vida profissional.

Para que se ofereça uma qualidade de vida melhor é necessário oferecer não só a prática pedagógica, mas atender à necessidade de cada um em ambientes integrados, que ofereçam suporte a essas pessoas, os professores precisam ser capacitados para desenvolver melhor suas habilidades profissionais. Ainda falta muito para que esse trabalho seja concluído com êxito, o que devemos levar em conta é que todos devem estar dispostos a participar de cursos de formação continuada e repensar a sua prática pedagógica mesmo quando ainda não se têm essa prática. O professor precisa ter o domínio da classe; se ele consegue dominar a sua sala com tantos alunos diferentes com alunos inclusivos não é diferente, a prática acontece todos os dias junto aos profissionais capacitados para lidar com cada aluno. As escolas devem apoiar e juntar-se a esses profissionais do AEE para um melhor planejamento e andamento nessa relação do aluno com a escola.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (MEC/SEESP, 2008).

1.2 PERFIL DO PROFESSOR

A área pretendida é de acordo com o grau de educação acadêmica para a formação de cada professor. Veja o que você precisa fazer para se habilitar a ensinar e onde pretende atuar:

Licenciaturas: os cursos de licenciatura habilitam o profissional a atuar como professor na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Médio. São cursos superiores de graduação que formam profissionais licenciados em Química, Física, Letras, Matemática, Geografia, Ciências Biológicas e Pedagogia.

Pedagogia: o curso de Pedagogia é um curso superior de graduação, na modalidade de licenciatura e tem como finalidade formar professores para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (até o 5º ano). É aquele professor que assume integralmente o currículo da série. Os cursos de pedagogia também formam profissionais para atuarem na gestão do sistema escolar, mas a prioridade é a formação de professores.

Bacharelado: os cursos de bacharelado não habilitam o profissional a lecionar. São cursos superiores de graduação que dão o título de bacharel. Para atuar como docente, o bacharel precisa de curso de complementação pedagógica. E para lecionar no ensino superior exige-se que o profissional tenha no mínimo, curso de pós-graduação lato sensu/especialização.

A graduação dá direito a ingressar em qualquer instituto federal. No entanto o plano de carreira prevê uma retribuição, caso o professor já tenha mestrado, doutorado ou qualquer outra especialização. Nas universidades federais os docentes precisam ao menos ter mestrado, para concorrer aos cargos dos concursos, pois atuam especificamente com o ensino superior, as carreiras das instituições preveem um aumento de salário caso o professor aumente sua especialização.

A seleção de professores é feita por meio de concursos nas escolas públicas, em alguns lugares isso pode variar entre de estados para municípios. Já na rede federal a seleção é por meio de concurso público e trabalham em regime estatutário.

2 INCLUSÃO

A história da inclusão foi marcada por uma forte rejeição, preconceito e discriminação. Relata-se que na literatura da Roma Antiga as crianças com deficiência, nascidas no princípio da era cristã, eram afogados por serem considerados anormais e débeis. Já na Grécia antiga, Platão relata no seu livro “A República” que as crianças com má constituição ou com deficiência eram sacrificadas ou escondidas pelo poder público.

A idade média foi marcada por grandes contradições e outros valores em relação às atitudes e sentimentos frente à deficiência, os deficientes mentais, os loucos e criminosos eram considerados, muitas vezes, possuídos pelo demônio, por isso eram excluídos da sociedade. Aos cegos e surdos eram atribuídos dons e poderes sobrenaturais. Para os filósofos cristãos a crença também alternava entre culpa e pagamento de pecado e finalmente, com Santo Tomás de Aquino, a deficiência passa a ser considerada como um fenômeno natural na espécie humana.

Com o Renascimento houve o surgimento das ciências, as concepções racionais começavam a procurar explicações para as causas das deficiências, que foram consideradas do ponto de vista médico como doença de caráter hereditário, males físicos ou mentais.

Segundo a história, a educação de pessoas com deficiência nasceu de uma forma solitária, segregada e excludente. Ela surgiu com caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação de religiosos e filantropos na Europa.

Consta que mais tarde nos Estados Unidos e Canadá, surgiram os primeiros programas para fornecer atenção e cuidados básicos de saúde, alimentação, moradia e educação dessa parcela da população, até então marginalizada e abandonada pela sociedade.

As primeiras iniciativas para a educação de pessoas com deficiências surgiram na França em 1620, com a tentativa de Jean Paul Bonet em ensinar mudos a falar. Foram fundadas em Paris as primeiras instituições especializadas na educação de pessoas com deficiências: a educação de surdos com o abade Charles M. Eppé, que criou o “Método de sinais” para a comunicação com os surdos. O Instituto Real dos Jovens Cegos, em Paris, fundada por Valentin Hauy, em 1784, destinava-se a leitura tátil pelo sistema de letra em relevo. Mais tarde em 1834, Louis Braille criou o sistema de leitura e escrita por caracteres em relevo, denominado sistema braille, abrindo expectativas de comunicação, educação e independência para pessoas cegas.

As primeiras iniciativas para a educação de pessoas com deficiência mental foram do médico francês Jean Marc Itard, no século XIX, que sistematizou um método de ensino inspirado na experiência do menino selvagem de Ayrton (sul da França), que consistia na repetição de experiências positivas. A primeira instituição pública para a educação de crianças com deficiência mental foi residencial, fundada pelo médico francês Edward Seguin, que criou um método educacional originado da neurofisiologia, que consistia na utilização de recursos didáticos com cores e músicas para despertar a motivação e o interesse dessas crianças.

A educação especial, no Brasil, teve início na época do Império, começou com duas instituições: Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant -IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação- INES, os dois no Rio de Janeiro. Na segunda metade do século XIX e início do século vinte, as escolas especiais proliferaram por toda Europa e Estados Unidos.

A educação especial surgiu sob o enfoque médico e clínico, com o método de ensino para crianças com deficiência mental criado pela médica italiana Maria Montessori, no início do século XX. O método Montessori, inspirado na rotina diária e na ação funcional, fundamenta-se na estimulação sensorio-perceptiva e autoaprendizagem. Emprega rico e variado material didático como: blocos, cubos e barras em madeira, objetos variados e coloridos, material de encaixe e seriação, letras grandes em lixas entre outros. O método Montessori foi mundialmente difundido e até hoje é utilizado, inclusive no Brasil, na educação pré-escolar de crianças sem qualquer deficiência.

No início do século XX foi criado o Instituto Pestalozzi (1926) instituição especializada em crianças com deficiência mental, e em 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE; em 1945 foi criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipof. A Constituição Federal de 1988 traz um dos principais objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (ART.3º, INCISO IV). O artigo 205 garante a educação como direito de todos e o pleno desenvolvimento da pessoa, formação de cidadãos para a sociedade e qualificação profissional. O artigo 206 inciso I garante a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante que é dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (ART. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal Nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais determinando que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. No mesmo ano surgiu também outro documento, a Declaração Mundial de Educação para Todos e, em 1994, a Declaração de Salamanca, que teve grande influência sobre a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns de ensino regular aqueles que “(...)

possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19). A política por sua vez não se posiciona contra os padrões homogêneos já existentes, mas mantém a responsabilidade da educação desses alunos somente no âmbito da educação especial.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal Nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; assegura a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar. Também define, dentre as formas para a organização da educação básica a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (ART. 24, INCISO V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (ART. 37).

No ano de 1999, o Decreto Federal Nº 3.298, que regulamenta a Lei Federal Nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidade de ensino, enfatiza a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

As diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializam a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino, prevista no seu artigo 2º.

O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, destacou que: “O grande avanço que na década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento a diversidade humana”.

A Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto Federal nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência, têm os mesmos direitos que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Este decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização. E quanto à perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP Nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Lei Federal Nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de fonoaudiologia e professores. A Portaria Nº 2.678/02 do MEC aprova as diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto Grafia Braille para a língua portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo território nacional.

É implementado pelo MEC em 2003 o Programa Educação Inclusiva: que é o direito à diversidade, onde ele se dispôs a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade. Em 2004, o Ministério Público Federal publica o seguinte documento O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de propagar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. Impulsionando a inclusão educacional e social, o Decreto Nº 5.296/04 regulamentou as leis Nº 10.048/00 e Nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Dentro desse contexto, o

Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades é desenvolvido com o objetivo de promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos.

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006 e da qual o Brasil assinou o documento, estabelece que os Estados-Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que:

As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral, sob alegação de deficiência e que as crianças com não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;

As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (ART. 24).

No mesmo ano, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com as Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, lançam o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, tendo como eixos: a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC. No documento do MEC, “Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas”, são reafirmados na visão que busca superar a oposição entre a educação regular e educação especial.

Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (MEC, 2007, p.09).

Com a implementação do PDE é publicado também o Decreto Nº 6. 094/ 2007, que estabelece nas diretrizes do Compromisso de Todos pela Educação, a garantia do acesso e

permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas. O Censo Escolar/MEC/INEP, realizado anualmente em todas as escolas de educação básica, possibilita o acompanhamento dos indicadores da educação especial: acesso à educação básica, matrícula na rede pública, ingresso nas classes comuns, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares, municípios com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, escolas com acesso ao ensino regular e formação docente para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

2.1 TIPOS DE INCLUSÃO

Para entender melhor as diferenças, é necessário saber qual o significado entre deficiência e síndrome. Deficiência quer dizer insuficiente, insatisfatória; segundo a psicologia, diz-se de uma pessoa diminuída das faculdades físicas ou intelectuais.

Pessoas com desenvolvimento incapaz, em termos mais específicos é um déficit, que pode ser intelectual, físico, visual, auditivo ou múltiplo (quando atinge duas ou mais áreas). Síndrome é uma série de sinais e sintomas juntos.

2.1.1 Deficiência física

Definição: São diversas condições que comprometem a mobilidade, a coordenação motora geral, tanto nos membros como na fala. Pode ser causada por lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, má formação congênita ou por condições adquiridas, que exige dos professores cuidados específicos em sala de aula. Exemplos: amiotrofia espinhal (doença que causa fraqueza nos músculos) hidrocefalia (excesso de líquido que serve de proteção ao sistema nervoso central),

Características: dificuldades no grafismo em função de um comprometimento motor. Muitas vezes o aprendizado é mais lento, com exceção na alteração da motricidade oral, a linguagem é adquirida sem problemas. Alguns necessitam de cadeira de roda e muletas para se locomoverem, outros apenas de material adaptado.

Recomendações: A escola precisa ser adaptada com elevadores e rampas. O professor tem que estar atento às necessidades dos alunos na questão de ir ao banheiro, é indispensável que seja solicitado um funcionário para acompanhá-los. Já nos casos de hidrocefalia, é necessário

estar atento quanto a vômitos e dores de cabeça, que podem indicar problemas com a válvula implantada na cabeça.

2.1.2 Paralisia Cerebral

Definição: É uma lesão no sistema nervoso, causada por falta de oxigênio no cérebro do bebê durante a gestação, ao nascer ou até dois anos depois do parto. Segundo Alice Rosa Ramos superintendente técnica da Associação à Criança Deficiente (AACD) de São Paulo, “Em 75% dos casos a paralisia vem acompanhada de um dano intelectual”.

Características: uma das principais é contratura muscular, uma perda na contenção muscular que causa tensão, incluindo dificuldades para andar, na coordenação motora, no equilíbrio e na força, podendo também afetar a fala.

Recomendações: É ideal envolvê-lo em atividades, para contornar as restrições com coordenação motora, trabalhar com lápis e canetas mais grossas, com uma espuma em volta, presa com elásticos, para facilitar o manuseio. Ao invés de cadernos, folhas avulsas são mais fáceis de serem manuseadas, na lousa utilizar letras grandes e convidá-lo a sentar-se na frente e, mais importante, é que a cadeira seja inclinada. Se o aluno não falar, estabeleça uma comunicação alternativa, que pode ser feita com papel cartão ou cartolina, onde são colocadas figuras pequenas que servem como meio de comunicação, pode ser figuras de futebol, da família, ou palavras-chave como sim, não, fome, sede, entre outras. É o canal de comunicação entre o aluno e o professor.

2.1.3 Deficiente Visual

Definição: Condição apresentada para os quem têm baixa visão, entre 40 e 60%, ou até mesmo cegueira (resíduo mínimo da visão ou perda total) que leva à necessidade de usar o Braille para ler e escrever.

Características: A perda da visão, no geral, é causada por duas doenças congênitas: glaucoma (pressão intraocular que causa lesões irreversíveis no nervo ótico) e catarata (opacidade no cristalino). Em muitos casos, as doenças são confundidas com uma ametropia (miopia, hipermetropia ou astigmatismo), podendo ser corrigida pelo uso de lentes de contato, o que permite o retorno total da visão. A catarata também pode ser corrigida, mas somente com cirurgia. Segundo o oftalmologista Frederico Lazar, de São Paulo: “O aluno que não

enxerga o colega a 2 metros nas brincadeiras, principalmente em espaços abertos, pode ter 5 ou 6 graus de miopia e não necessariamente baixa visão e cegueira”.

Recomendações: A escola deve promover a realização de exames de acuidade visual na escola, para identificar possíveis doenças, sejam elas reversíveis ou não. Se o aluno não percebe alguns tipos de expressões faciais, lide com ele de maneira perceptiva, alterando, por exemplo, o tom da voz. A atenção deve ser redobrada quando o assunto é mobilidade e orientação, sendo preciso identificar os degraus com contrastes (faixas amarelas ou barbantes), os obstáculos como pisos com alturas diferentes, e principalmente os vãos livres com desníveis. A sinalização de marcos é importante, como tabuletas indicando cada sala e espaço, feitas também em braile. Outra atividade necessária é trabalhar com maquetes em sala de aula, para que o espaço em que ele esteja inserido seja facilmente identificado. Já na sala de aula é sempre aconselhável não deixar mochilas no chão ou no corredor entre as cadeiras. O professor deve usar materiais maiores e reconhecidos através do tato, os alunos com baixa visão devem sentar próximos do quadro negro, sempre nas primeiras cadeiras. Alguns necessitam de um material diferenciado.

2.1.4 Deficiência Auditiva

Definição: causada por má-formação na orelha, no conduto (cavidade que leva ao tímpano), nos ossos dos ouvidos ou ainda por uma lesão neurosensorial no nervo auditivo ou na cóclea (parte do ouvido responsável pelas terminações nervosas). De origem genética ou pode ser provocada por doenças infecciosas, como a rubéola e a meningite. Pode ser também temporária, causada pela otite.

Características: Podendo ser leve, moderada severa ou profunda. E quanto mais aguda mais difícil é o desenvolvimento da linguagem e somente um exame é capaz de identificar o grau da lesão.

Recomendações: Existem duas formas do aluno com deficiência auditiva desenvolver a linguagem. Uma delas é usando o aparelho auditivo e passar por um acompanhamento terapêutico, familiar e escolar. Pessoas surdas conseguem falar, para isso basta passar por terapia, receber novos moldes e próteses e ter o apoio da família e do professor. Outra maneira é aprender a língua brasileira de sinais (Libras). O aluno que tem perda auditiva também demora mais para se alfabetizar, o professor deve pedir ao aluno que sente sempre nas carteiras da frente, para que o mesmo possa ajudá-lo. O ideal é que se fale, sempre, para a

frente, com o auxílio de recursos visuais e diminuição de barulhos e com a ajuda de um interprete de Libras, para melhor desempenho no processo ensino aprendizagem.

2.1.5 Deficiência Múltipla

Definição: quando ocorre duas ou mais deficiências: autismo e síndrome de down; uma é intelectual com outra física; uma intelectual uma visual ou auditiva. Uma das mais comuns em sala de aula é surdo-cegueira.

2.1.6 Surdo-Cegueira

Definição: As causas são de doenças infecciosas, como rubéola, toxoplasmose, e citomegalovírus (doença da mesma família do herpes) causando perdas auditivas e visuais simultâneas e em graus variados. A diferença de um cego ou surdo para um surdo-cego é que o mesmo não tem consciência da linguagem e, no entanto não aprende a se comunicar de imediato.

Características: Tem problemas de comunicação e mobilidade. O surdo-cego pode apresentar dois comportamentos diferentes: isola-se ou é hiperativo.

Recomendações: um dos desafios é criar meios de comunicação. O professor deve buscar meios que integrem esse estudante aos demais e criar rotinas previsíveis para que ele possa entender o que vai acontecer. Oferecer objetos multissensoriais, facilitando assim a comunicação.

2.1.7 Deficiência Intelectual

Definição: O diagnóstico do que acarreta a deficiência intelectual é muito difícil, engloba fatores genéticos e ambientais. Além disso, as causas são variadas e complexas, envolve vários fatores pré, Peri e pós-natais. Entre elas a mais comum na escola é a síndrome de down.

2.1.8 Síndrome de Down

Definição: é uma alteração genética caracterizada pela presença de um terceiro cromossomo de número 21. A causa ainda é desconhecida, mais existe um fator de risco já identificado, ele aumenta para mulheres que engravidam com mais de 35 anos.

Características: são sintomas as dificuldades de comunicação e a hipotonia (redução de tônus muscular). Também pode sofrer com problemas na coluna na tireoide, nos olhos e no aparelho digestivo, entre outros, e muitas vezes já nasce com anomalias cardíacas, solucionáveis apenas com cirurgias.

Recomendações: O desempenho melhora quando as instruções são visuais, por isso na sala de aula repita as orientações para que o aluno compreenda. É importante reforçar os comandos, solicitações e tarefas com modelos que eles possam ver e de preferência com grandes e chamativas ilustrações. A linguagem verbal deve ser simples por que uma das dificuldades do aluno com síndrome de down é cumprir regras. Quando se sente isolado do grupo demonstra pouca importância nos seus trabalhos e na rotina escolar, o mesmo adota atitudes reativas, como desinteresse, descumprimento das regras, desinteresse e provocações.

2.1.9 Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)

Definição: Geralmente se manifestam nos primeiros cinco anos de vida. São distúrbios nas interações sociais recíprocas como padrões de comunicações estereotipados e repetitivos e estreitamento nos interesses e nas atividades.

2.1.10 Autismo

Definição: São transtornos com influência genética causado por defeitos em partes do cérebro, como o corpo caloso (que faz a comunicação entre os dois hemisférios), a amígdala (que tem funções ligadas ao comportamento social e emocional) e o cerebelo (parte mais anterior dos hemisférios cerebrais, os lobos frontais).

Características: Tem dificuldades na interação social, ou de comportamento (movimentos fixos ou inalterado, como rodar uma caneta ou enfileirar carrinhos) e de comunicação (atraso na fala). Porém alguns têm habilidades especiais e se tornam gênios.

Recomendações: É preciso ter paciência, pois a agressividades pode se manifestar, procure avisar quando a rotina mudar, pois as alterações não são bem vindas, para minimizar a

dificuldade de relacionamento, procure criar situações que possibilitem a interação. As instruções devem ser claras evitando discursos longos.

2.2 TIPOS DE TRABALHO DESENVOLVIDOS PELOS PROFESSORES COM ALUNOS INCLUSOS

As diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (BRASIL, 2001^a) definem educação especial como um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educando que apresentam necessidades educacionais especiais. O serviço de apoio pedagógico, a ser desenvolvido dentro do contexto escolar, tem a finalidade de auxiliar o professor e o aluno no processo de desenvolvimento e aprendizagem, diagnosticando as necessidades educacionais especiais, ajudando a escola a definir e implantar respostas educativas à essas necessidades, desenvolvendo estratégias de flexibilização adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas que promovam o avanço no processo de aprendizagem desses educandos. E podem ser oferecidos do seguinte modo:

- ❖ **Serviços Itinerantes:** Na educação infantil o serviço de apoio pedagógico especializado pode ser desenvolvido por professor itinerante especializado em educação especial e infantil, que participará observando e acompanhando o processo de desenvolvimento e aprendizagem nas atividades escolares, avaliará e ajudará a elaborar objetivos e buscar estratégias para toda rotina escolar. Inclui-se nessa forma de apoio pedagógico especializado, o professor interprete das linguagens e códigos necessários à aprendizagem, à comunicação e locomoção.
- ❖ **Sala de recursos:** são espaços no qual o professor especializado realiza a complementação ou suplementação curricular, fazendo uso de equipamentos e materiais específicos. Esse tipo de atendimento deve ser feito em pequenos grupos, em outro período, para que não venha intervir no desenvolvimento das atividades pedagógicas tirando o aluno da rotina escolar.

A educação Inclusiva é um projeto em construção que ainda falta muito para que se tenha uma educação inclusiva de qualidade, por que essa briga não só é dos pais e da

Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

sociedade como também dos professores, muitos professores colocam a criança especial como obstáculo. Os professores devem modificar a sua prática para atender as necessidades desses alunos, por que as disciplinas para os alunos com necessidades educacionais especiais são as mesmas só que adaptadas à necessidade de cada um.

O professor por mais inclusivo que ele seja ele não consegue incluir o aluno sozinho, a participação de todos é fundamental para um melhor desenvolvimento dentro da comunidade. É necessário tanto a escola como esses centros de apoio possam mudar pensando no que fazer pra quem fazer e como construir uma sociedade inclusiva, usando sua técnica junto com os materiais oferecidos pela escola ou instituição, o professor pode repensar sua prática pedagógica junto com a equipe escolar.

Antes de começar a repensar na prática da inclusão é preciso um levantamento do que já existe e quais habilidades são capazes, considerando o grau de dificuldade de cada um, depois dessa análise que deve ser o ponto de partida os planos devem ser colocados em prática, às matérias a ser aplicadas na educação inclusiva sendo na prática e na teoria. O momento na sala de aula deve ser primordial que deve passar por uma adaptação para chegar a ser um espaço inclusivo, o professor de escola regular acreditam que todos os alunos inclusos tenham capacidade de aprender, as expectativas dos professores é de que todos os alunos aprendam até por que a matéria é a mesma alguns desenvolvem, mais com algumas dificuldades então devemos procurar a diversificação do material e do conteúdo para desenvolver a autonomia do aluno gerando assim seu próprio conhecimento. A inclusão não acontece em um mês e nem em um semestre mais sim todos os dias, o professor deve assumir um compromisso de planejar para todos sem qualquer distinção.

A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da escola que beneficie a todos os alunos. A organização de uma escola prevê o acesso à escolarização e o atendimento às necessidades educacionais especiais (MEC, 2006).

A perspectiva da Política Nacional da Educação Especial traz um marco muito grande quando define a educação especial como formação do aluno com deficiência transtornos globais/superdotação enfatizando a escolarização no ensino comum, atendendo as necessidades desses alunos sem tirá-los de dentro da sala de aula com a ideia de reinventar o fazer pedagógico. Os alunos com deficiência física têm acesso a tecnologia assistiva (TA) e

utilização de recursos que desenvolvam uma habilidade funcional, incentivando a autonomia de ação e participação nos momentos escolares. Já os alunos cegos ou com baixa visão são estimulados através de recursos e equipamentos necessários que assegure o acesso e o conhecimento na aprendizagem. Avaliação funcional da visão é a partir daí que os educadores avaliam como os alunos correspondem com estímulos que estão recebendo, produção do Braille é importante para planejar e desenvolver atividades, recursos pedagógicos acessíveis são materiais construídos em alto relevo, orientação e mobilidade orientação do uso da bengala e do espaço físico, equipamento e recursos tecnológicos computadores equipados com programas de leitores de tela com o som da voz, de lupas eletrônicas e outros recursos de acessibilidade. Ações e estratégias identificar qual a função e o papel de cada profissional envolvido. Estimulação do sensorio-motor incentivar a criança a interpretar algumas informações táteis, olfativas através de brincadeiras e jogos que estimulem de várias formas.

2.3 RESULTADOS OBTIDOS

Antes de ser deficientes todos são pessoas com sentimentos, que precisam de cuidado afeto e proteção independente da sua deficiência. Todos tem a possibilidade de conviver, interagir, aprender e ser feliz. O seu modo de ser e viver é o que torna o ser único, elas devem ser vistas não como especiais e sim como pessoas com desafios diferentes e que nos ensinam todos os dias. É indispensável a criação de serviços com intervenção precoce que tenham por objetivo o desenvolvimento integral do educando nos aspectos físicos, psicoafetivos, cognitivos, sociais e culturais, que priorizam o apoio e suporte à família e a inclusão dessas crianças tanto na escola como na comunidade. Já os programas de intervenção precoce desde o nascimento até os três anos de idade são indispensáveis para a promoção das potencialidades e aquisição de habilidades e competências. Esses programas devem ser desenvolvidos em conjunto com os serviços de saúde, sempre visando que essas crianças necessitam algumas vezes, de algum tipo de orientação ou atendimento complementar nas áreas de fisioterapia, fonoaudióloga, terapia ocupacional e psicologia. Esse trabalho em conjunto com áreas da saúde e ação social é preferencial para a aquisição de órteses, próteses e equipamentos específicos. Mas o fato é que mesmo a criança recebendo esse tipo de atendimento por meio de um programa de intervenção não dispensa sua inclusão na escola comum, além de ser um direito garantido na constituição, é um processo indispensável para a construção da identidade, personalidade e para a formação da sua auto imagem por meio de

convivência com outras crianças em um ambiente menos restrito. Programas de intervenção precoce oferecidos pelas escolas especializadas, sempre, enfatizam objetivos de enfoque terapêutico e atendimento individualizado, voltados para compensação de déficit e realização de diagnósticos clínicos, destinados a avaliar os avanços e as dificuldades apresentadas pelas mesmas. Esse atendimento terapêutico complementar é de grande importância para o desenvolvimento da criança, mas também não pode ser o único recurso, esses programas devem ter como eixo observar a defasagem do processo de aprendizado das crianças. Formar e educar para a vida traçando objetivos, enfatizando conhecimento e desenvolvendo um trabalho coletivo voltado para a aquisição de competências humanas. O professor deve estar atento e disposto à necessidade e aos desejos de cada um para que junto a essas famílias possam dar subsídios para um, melhor desenvolvimento no processo aprendizagem dessas pessoas.

3 PESQUISA DE CAMPO

Para a comprovação da pesquisa, foi elaborado um questionário, que continha 10 perguntas, que foi distribuído entre dez professores, porém retornaram apenas três.

As perguntas foram sobre formação continuada e quais os meios de conhecimento para trabalhar com a inclusão.

Pergunta N°1- Qual o papel do professor diante da inclusão escolar na escola comum ou regular?

Respostas:

Entrevistado A: O professor diante da inclusão estimula o reconhecimento das diferenças para que não ocorra discriminação. Tem um papel fundamental na socialização, bem como ampliar os conhecimentos.

Entrevistado B: O professor poderá contribuir para uma educação inclusiva de qualidade. Para isso, seu coração precisa estar aberto. Terá que acreditar e se ver em processo de inclusão permanente, terá que criar e recriar oportunidades de convivência.

Entrevistado C: É acolher a todos sem exceção, buscar recursos e se capacitar com cursos especializados.

Pergunta N°2- Qual o significado da palavra Inclusão?

Respostas:

Entrevistado A: “Respeito ao próximo como a si mesmo”; buscar propostas pedagógicas de acordo com as necessidades individuais, estimulando a participação de todos.

Entrevistado B: É um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão.

Entrevistado C: Incluir sem exceção.

Pergunta Nº3- Qual a sua formação para trabalhar com a Inclusão?

Respostas:

Entrevistado A: Pós-graduação em educação especial e inclusiva e gestão para o trabalho pedagógico.

Entrevistado B: Sou pedagoga especializada em Educação Especial e Inclusiva; AEE- Atendimento Educacional Especializado e Educação Inclusiva- Deficiência Visual.

Entrevistado C: Graduada em Pedagogia com habilitação em Braille e Libras; Curso extensivo em Libras; Pós-graduada em Atendimento Educacional Especializado e Pós Graduando em interpretação e tradução em Libras.

Pergunta Nº4- Você se sente preparado para trabalhar com a Inclusão? Qual?

Respostas:

Entrevistado A: Me sinto preparada para trabalhar com pessoas. A busca pelo aprendizado depende da necessidade individual. Isso é contínuo deve-se sempre estudar e pesquisar outras maneiras de ensinar.

Entrevistado B: Sinto maior segurança com a deficiência visual. Além da especialização já havia feito capacitação através de vários cursos voltados para essa área.

Entrevistado C: Sim. Porque fui atrás de estudos e capacitação.

Pergunta Nº5- Como você acha que deve ser a formação para trabalhar com a Inclusão?

Respostas:

Entrevistado A: Um profissional que não aceite discriminação e busque, pesquise para solucionar possíveis problemas.

Entrevistado B: Para ser feito um trabalho de qualidade na Educação Inclusiva, será necessário capacitação, informação e formação para todos os envolvidos da área educacional.

Entrevistado C: Fazer cursos e Pós-graduação em Educação Especial.

Pergunta Nº 6- Qual (is) a (s) deficiência(s) que você atende ou atendeu?

Respostas:

Entrevistado A: Deficiente visual, deficiente auditivo, deficiente físico, múltipla, down, autista, esquizofrenia e etc.

Entrevistado B: Atualmente atendo em sala de AEE, alunos com deficiência intelectual, surdo, cego, baixa visão, síndrome de down, distúrbio do processamento auditivo, autista, síndrome do X frágil, deficiente físico (paralisia cerebral).

Entrevistado C: Com deficiente auditivo trabalhei no ano passado. Atualmente trabalho com deficiente intelectual, mental, físico, múltiplas deficiência e baixa visão.

Pergunta N°7- A instituição que você trabalha oferece capacitação para os professores?

Respostas:

Entrevistado A: Em alguns momentos sim.

Entrevistado B: De vez em quando, a Secretária de Educação do Município encaminha alguns profissionais para palestras relacionadas ao tema inclusão.

Entrevistado C: Não.

Pergunta N° 8- Qual o seu planejamento para trabalhar com a Inclusão?

Respostas:

Entrevistado A: Adaptado as necessidades individuais dos meus alunos, com faixa etária entre 20 e 60 anos.

Entrevistado B: Cada aluno é um ser com necessidade única. Por isso cada aluno tem seu próprio plano anual.

Entrevistado C: Adaptação curricular. Mas, tem alguns casos que não é necessário.

Pergunta N°9- Quais os avanços e retrocessos dentro da sala de aula?

Respostas:

Entrevistado A: Isto depende dos acontecimentos tanto familiares, sociais e escolares. Os avanços e retrocessos estão ligados à vida social e básica do aluno.

Entrevistado B: Alguns avançam com maior intensidade, enquanto que outros avançam lentamente. Cada um tem seu próprio tempo. Mas, todos aprendem de maneiras e tempos diferentes, cada ser é único.

Entrevistado C: Os alunos tiveram avanços no comportamento, participação e nas disciplinas em estudo.

Pergunta N 10: Há quantos anos você trabalha com a inclusão? Fale um pouco sobre seu trabalho.

Respostas:

Entrevistado A: Há 11 anos em diversas funções na área da educação especial. Meu trabalho se resume à perseverança, amor, esperança, dedicação e profissionalismo.

Entrevistado B: Trabalho há seis anos na área da educação inclusiva. Primeiro com sala especial, com alunos com paralisia cerebral e outra turma de alunos com deficiência intelectual, depois, ano seguinte em sala de aula com oito alunos com deficiência e doze “ditos” normais. Foi assim, com a intenção de acabar com as salas especiais e dar início ao

processo de inclusão educacional. Felizmente não deu certo, pois foi um ano muito difícil de trabalhar. Após isso, fiquei trabalhando em sala de AEE até os dias atuais.

Entrevistado C: Há dois anos, no início tive um pouco de dificuldade, pois atuei com diversas deficiências ao mesmo tempo, mas logo em seguida adquiri a prática. Acredito na inclusão, pois creio que todo tem direito de evoluir como pessoa, e de opinar e conviver na sociedade igualmente sem discriminação.

De acordo com as respostas que obtive os professores demonstraram conhecimento sobre o assunto abordado, é obvio que cada um dentro do seu conceito com uma formação diferente, mas todas voltadas para trabalhar na área designada. A ideia era realmente trazer a dificuldade que o professor encontra ou encontrou em trabalhar com alunos especiais dentro da sala de aula comum por que a inclusão não é só do aluno com deficiência e sim da sala como um todo, e como adaptar o planejamento para que esse aluno tenha o mesmo conteúdo que os outros alunos, através dessa pesquisa de campo que fica mais claro que não há teoria sem prática e nem tampouco prática sem teoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor da educação especial não deve se diferenciar dos outros professores, por que deve trabalhar com adaptação curricular, inserindo todos os alunos. Para isso o seu planejamento deve ser flexível, o professor tem que ser o transmissor desse direito do aluno deficiente mostrando meios que insiram esse aluno a sociedade mesmo quando pareça impossível. Embora a inclusão seja um direito garantido na lei a questão da acessibilidade e permanência do aluno com necessidades especiais em alguns lugares não tem acessibilidade nenhuma. Para que o trabalho seja desenvolvido com êxito é necessário que uma gama de outras coisas aconteça para que se interem esse aluno ao meio em que ele vive, o professor também precisa estar cercado de outros profissionais para que de fato a inclusão aconteça, a criança deve fazer um acompanhamento com o profissional de sua deficiência para que haja um avanço naquele grau da sua deficiência. A nossa sociedade é formada por pessoas diferentes, cada um com suas crenças e seus valores, na escola não pode ser diferente já que estamos sempre levantando a questão que ninguém é igual a ninguém.

Para uma educação de qualidade é necessário uma formação sólida e contínua para que aconteça uma progressão continuada, e uma reflexão sobre as suas práticas pedagógicas. Com certeza o que deixa o professor mais preocupado seja a sua inexperiência, precisa repensar

seus planos para que não fique preso na questão do espaço físico ou na sala de aula, procurando criar situações que envolvam essas crianças utilizando materiais e meios de recursos ofertados pela instituição. A história da inclusão começa com a exclusão, e só depois de muita discriminação começam a surgir os primeiros casos de inclusão, no séc.XX que começou a inclusão aqui no Brasil e ainda um processo em andamento até hoje ainda há muito a ser feito para que se tenha uma educação inclusiva de qualidade.

Para começar a pensar em mudanças é necessário que seja feito um levantamento do que já tem sido feito e o que precisa ser feito para melhorar, por que antes de serem deficientes eles são pessoas que tem sentimentos elas devem ser vistas como pessoas que vivenciam desafios todos os dias, por mais que o professor seja inclusivo sozinho ele não consegue fazer muita coisa é necessário uma equipe de apoio, que venha atender as necessidades dessas crianças, fazendo um trabalho diferenciado, para inseri-lo na sociedade, chamado de apoio pedagógico. Esse apoio dentro do contexto escolar tem a finalidade de auxiliar o professor e o aluno no processo ensino aprendizagem.

A pesquisa de campo mostra a realidade em que vive os professores que trabalham com a inclusão, as instituições não oferecem subsídios para a capacitação dos professores. Muitos deles atuam na área há alguns anos e fazem o que gosta, trabalham com essas crianças pelo amor e correm atrás da sua capacitação, para atender melhor essas pessoas dentro da sua necessidade e capacidade.

Referências

ARGENTA, Adriana. **Atendimento educacional especializado de alunos cegos e com baixa visão.** In Revista Pedagógica. Inclusão, Revista da Educação Especial. V.5, nº1, jan/jul 2010, ISSN 1808-8899 (p. 32 a 39).

BRASIL. Ministério de Educação. **Saberes e práticas da Inclusão.** Secretaria de Educação Especial. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunosdeficienciafisica.pdf>. Acesso em 12 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão.** Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2013.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir.** In Revista pedagógica Inclusão, Revista da Educação Especial. V.5, nº2, jul/dez 2010 ISSN1808-8899 (p.32 a 38).

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

MARTIN, Carla Soares. **Os fundamentos das deficiências e síndromes**. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/educacao-especial/aprender-superar-511027.shtml>>. Acesso em 19 jul. 2013.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2013.

ROMÃO, Juliana. **Escola não é lugar de homem**. In Revista Pedagógica. Pátio, Educação Infantil. Ano VI, mar/jun 2008. ISSN 1677-3721.(p. 42 a 46)
Secretaria de Educação Especial, 2007.